

**ERRATA** – Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com ocupações Urbanas e Rurais e outros Grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários.

Na condição de Coordenador da Mesa de Diálogo, determino a correção da numeração da Ata da Reunião da Mesa de Diálogo ocorrida aos 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro do corrente ano, na sala Accacio, do 3º andar do Edifício Minas, na Cidade Administrativa, Belo Horizonte/MG, com a Fidel Castro, de Uberlândia-MG.

No 8º parágrafo, 1ª linha:

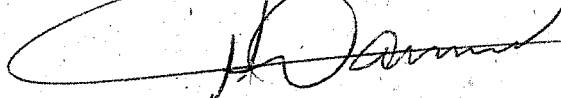
**Onde se lê:** “...adjucação...”.

**Leia-se:** “...adjudicação...”.

**Na numeração da ata, onde se lê:** “.151...”

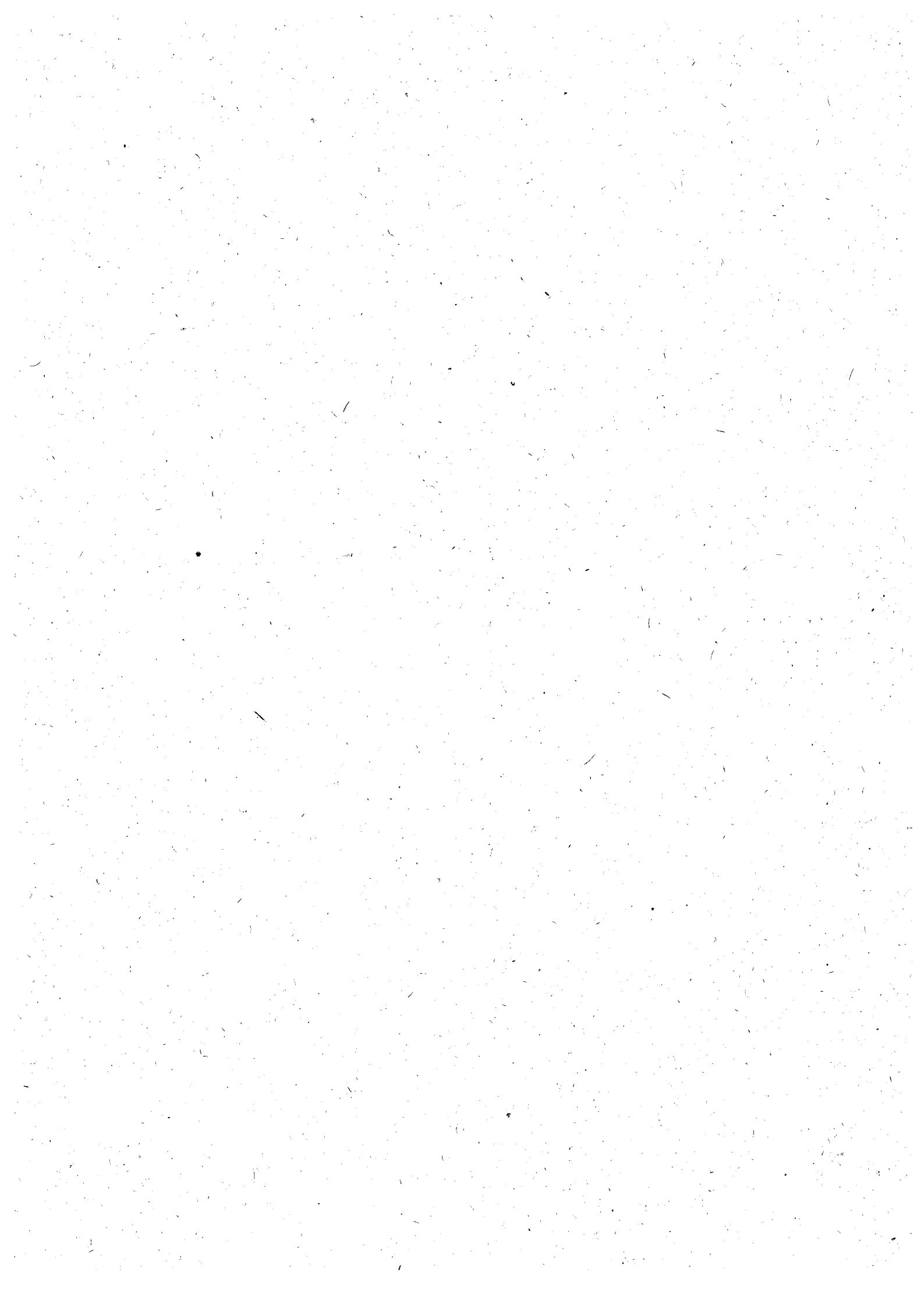
**Leia-se:** “153”

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2018.



---

**Fernando Tadeu David**  
*Coordenador da Mesa de Diálogo*



## **ATA Nº 151/2018 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezoito, às 10h, na sala Acaccio (Ed. Minas, 3º andar), realizou-se reunião da Mesa de Diálogo, com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica dos conflitos na Ocupação Fidel Castro, em Uberlândia-MG.

O Coordenador da Mesa de Diálogo, Fernando Tadeu iniciou a reunião com uma rodada de apresentações. Em seguida explicou sobre as dificuldades encontradas pela Mesa de Diálogo com a mudança do quadro político, após as eleições.

Jairo dos Santos explicou que a área de 20ha está ocupada por 700 famílias há 2 anos e que a reintegração de posse foi pedida por dois diferentes grupos, o que demonstra evidência de grilagem de terra. Segundo ele, existem várias sobreposições de matrículas. Explicou que foi concedido um efeito suspensivo da reintegração, pois não houve comprovação do exercício da posse e a preocupação do Movimento é que esse efeito possa ser cancelado e as famílias serem despejadas. O MTST pede que haja um caminho de negociação, já que a ocupação está consolidada, com casas de alvenaria, redes de água eficiente, apesar de irregular, etc. A energia é um problema, mas os moradores se organizam para que todos possam ter acesso a ela. Ressaltou que a expectativa é que se consiga uma negociação com a SPU, já que se trata de terras federais. Informou que a área é muito valorizada comercialmente e que se o efeito suspensivo for julgado, certamente a reintegração de posse acontecerá.

Cleber Lago, representante da Secretaria Nacional de Articulação Social de Governo (SNAS) leu uma mensagem que recebeu da Laura, da SPU de Brasília. Em seguida exemplificou a situação com uma situação acontecida em São Paulo. Leu a Portaria 32, de 8 de fevereiro de 2018, do Diário Oficial da União, que fala sobre as dificuldades orçamentárias que a SPU enfrenta para tratar o caso.

Jairo dos Santos considerou que o Ministério das Cidades talvez pudesse manifestar interesse para solucionar o conflito, com a tramitação da SPU. Entende que essa poderia ser uma forma de solução.

Cleber Lago acredita que o Ministério das Cidades possa ter mais resistência a assumir o problema do que a SPU, alegando orçamento reduzido.

Jairo dos Santos disse que a CCO não comprova a posse, mas consegue comprovar a propriedade, por meio de registros. Disse que acredita na possibilidade de adjudicação, como forma de solução do conflito e explicou que o alto valor das dívidas do imóvel é um fator positivo para este ato jurídico.

Dhiancesar Lopes, da Sedpac disse que existem duas possibilidades de solução: Adjucação e Dação em pagamento.

Jairo sugere que seja feita a provocação ao proprietário, para que ele queira negociar.

Tadeu levantou a possibilidade de a COHAB Minas criar um planejamento urbanístico no local, assim como fez na ocupação Glória, também em Uberlândia.

Gabriel de Menezes, representante da Cemig disse que no caso da ocupação do Glória, houve uma permuta do terreno, o que possibilitou que a Cemig atuasse. Explicou que a Cemig vai a campo, conversa com as famílias e faz todo o levantamento das necessidades. Disse que a preocupação é com o poder executivo, que é responsável pela regularização fundiária das áreas. Gabriel informou que a Cemig possui uma verba de 25 milhões de reais para atendimento de ocupações, mas que não

existe a certeza de que, no próximo governo estadual, esta deliberação será mantida. Explicou que a Cemig poderia fazer o atendimento provisório, mas que isto gera custo.

Tadeu sugeriu uma agenda de trabalhos com a Cemig, para que a Companhia faça o levantamento de como pode atuar no conflito.

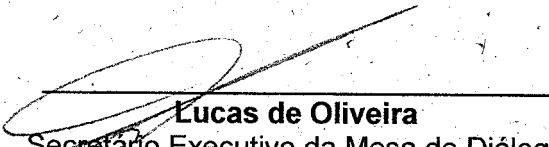
**Encaminhamentos:**


1. A Mesa de Diálogo oficiará o TJMG, de que o conflito Fidel Castro, em Uberlândia-MG, está na Mesa de Diálogo, para tentativa de mediação, informando a possibilidade de acordo.
2. A Mesa de Diálogo oficiará a Seda para levantamento da Cadeia Dominial do imóvel, objeto do conflito, no prazo de cinco dias.
3. Fica acertado um encontro, no prazo de 10 dias, entre a ocupação e a Cemig, para início dos trabalhos de levantamento de custos, para atendimento de energia para as famílias da ocupação.
4. A Mesa de Diálogo oficiará a COHAB Minas para, em conjunto, fazerem o cadastramento das famílias da ocupação e a possibilidade de projeto urbanístico.

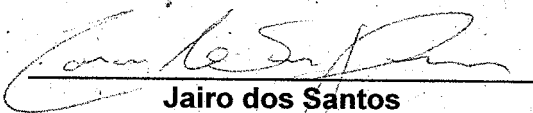
Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, que será assinado pelos participantes escolhidos em reunião, conforme os nomes abaixo. Eu, Raphael Ursino, do Núcleo de Comunicação da Mesa de Diálogo/Seplag, do Estado de Minas Gerais, o digitei e subscrevo.

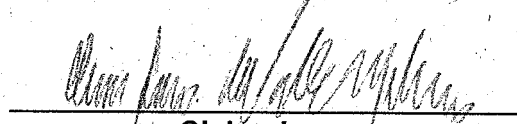
Belo Horizonte, 26/11/2018.

  
**Fernando Tadeu David**  
Coordenador da Mesa de Diálogo

  
**Lucas de Oliveira**  
Secretário Executivo da Mesa de Diálogo

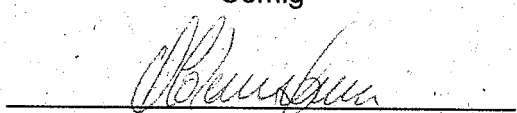
  
**Dhiancesar Lopes**  
Sedpac

  
**Jairo dos Santos**  
MTST

  
**Cleber Lago**  
Secretaria Nacional de Articulação Social de  
Governo (SNAS)

  
**Verônica Ildefonso**  
Seccri

  
**Gabriel de Menezes**  
Cemig

  
**Aldenir Viana**  
Seda